

Escola e Universidade

A empresa-família de trabalho é possível

ANTÔNIO LUIZ GOMES

Numa conversa de amigos, à mesa do almoço, veio à baila a origem profissional comum de três de nós, convidados de Antônio Ruben Domingos, que provocou e nos proporcionou este encontro.

Falámos sobretudo da nossa família de trabalho comum.

Para o observador superficial, ela apresentava-se com a aparência dominadora, embora precária e caduca, do poder econômico.

Era, porém, mais: na essência, uma família de trabalho, caracterizada pela capacidade inesgotável de acolher, ouvir e dar.

Deste modo, também, Antônio Ruben Domingos nos congregou.

Mário Carapinha, José Manuel da Silveira Rodrigues e eu éramos os convidados.

Tivemos durante vinte anos a mesma família de trabalho, da qual nasceu a que é hoje a dos dois primeiros e do anfitrião.

Comensal de fora, a maioria das interrogações foi-me dirigida. Senti-me interpelado, por elas, e intimado por S. Pedro — a vida é tal — «a dar testemunho da minha esperança». Dei-a.

A provação é um dom de Deus, incompreensível no imediato para a nossa impaciência, mas necessária para que a Fé nos liberte de apoios inconsistentes e nos permita ver o «lado escondido das coisas». O Cardenal Lustiger, em entrevista ao «Expresso», reconheceu como sua e, portanto, missão específica dos cristãos, testemunhá-lo. As palavras que usou foram: «Je témoigne du côté caché des choses», para, no fundo, cumprir o dever de nos estimularmos mutuamente à Esperança em todas as circunstâncias.

São Paulo exprimiú-o, dizendo aos Hebreus: «Exortai-vos todos os dias uns aos outros até ao dia que se chama HOJE».

A seguir às minhas respostas, Mário Carapinha deu-me possibilidade de constatar que a razão da minha esperança tinha raiz bem antiga na nossa família de trabalho comum, quando me prometera discursos profícos em 16 de Janeiro de 1957 na celebração dos vinte anos do alargamento à reparação e à construção naval, em 1 de Janeiro de 1937, da actividade da

Casa que nos acolheu respectivamente há 40, 31 e 32 anos.

Guardava-os nos seus papéis, como património que vale a pena conservar. Sem dar por isso, talvez, repetira desse modo, à sua escala, aquele guardar e meditar no coração as palavras, os silêncios e as atitudes de vida de Jesus Cristo que o Evangelho regista em Nossa Senhora e que a Sua intercessão, certamente, nos alcança e dispersa por todos os corações dos homens, Seus filhos.

Guardado-assim o centenário espírito original da família de trabalho comum, que as actuais prolongam, nada o pode destruir e surge também como raiz da nossa esperança, numa época em que a ambas as famílias actuais se lança o repto de provar duas coisas: 1.º somos

que está em nós». Para o Apóstolo é o «correr para a meta» e, se cairmos, a obrigação de nos levantarmos, de cada vez, a seguir a cada queda, para prosseguir na corrida. A queda, assim, é um simples acidente de percurso.

E... — sempre! — o imperativo da meta.

Por muito desanimados que estejamos, esta interpelação desperta no mais profundo de nós próprios um sentimento de alegria. É com efeito o convite do Amor: de Jesus Cristo, que nos alcança primeiro, como também S. Paulo ensina.

2.º Resistir?

Também não é possível, porque é esgotar toda a força de vida, toda a vida que há em nós. Fazê-lo, seria, por isso, morrer. Não há assim, modo de resistir.

Mas há que aceitar, isto é

cada um, em formular esta interrogação essencial: «respeitei o outro?»

No Pai-Nosso a interpelação lá está, na sua plenitude: «Perdoe?...» e, também: «perdoe ainda? depois de já ter perdoado?»

Creio que é esta, a profundidade a que temos de subir.

É o suble que o mar alto inculca.

Para chegar lá, a esse além onde estão as imensas profundidades a percrutar e trazer à luz da renovação, é o suble que é o convite que o «Due in altum» dirige a Pedro, o pescador de homens, e a nós, cristãos, que também o somos.

É a família de trabalho que, ali, é salva e servida, e, com ela, a Pátria e o Mundo dos homens, isto é, a Humanidade, família de Pátrias.

Para esta tarefa, nos anais do

processo seguido na fase de construção de 1964 a 1967, período durante o qual, até, as pequenas oficinas metalomecânicas da vizinhança recebiam encomendas no valor mensal de mais de mil contos.

A promessa foi cumprida de 1967 em diante por exemplo, como o mostra, recente artigo publicado no Boletim da Ordem dos Engenheiros, de Março de 1966, da autoria do eng. João Pereira Gaio.

Por isso, é legítimo deduzir que desde que haja uma boa resposta destas pequenas oficinas privadas ou de outras empresas, cooperativas por exemplo, o grande estaleiro e a grande unidade por extensão, é indirectamente criador de empregos estáveis.

Para tanto, impõe-se apenas que estes subcontratantes garantam qualidade adequada, prazo conveniente e custo razoável.

Haverá também possibilidade de evitar a hipertrofia da grande unidade auto-suficiente que, por isso, se converteria em máquina desumanizada, burocratizada e cara. E ir-se-á progressivamente, aproximando da empresa família de trabalho e comunidade de homens onde todos se conhecem pelo nome.

Os problemas mais graves com que a empresa se debate, no plano interno, decorrem daqui:

Além de outras, as dificuldades que se encontram para os resolver têm, na raiz, uma inadequada educação nas Escolas de Engenharia dos engenheiros e dos engenheiros técnicos para a função fundamental de serem condutores de homens.

Importa, assim, trazer, à primeira linha das preocupações da Universidade e das outras Escolas de Engenharia, a recomendação de João Paulo II aos professores da Universidade de Palermo de realizar «o lento trabalho de formação das consciências» capaz de transformar a sociedade.

Muitas tentativas foram feitas na nossa geração com o intuito de conseguir nas próprias unidades fabricar levar a cabo esta tarefa, mas todas elas evidenciaram a carência daquele trabalho de base, feito na Universidade e nas Escolas de Engenharia, na preparação dos seus alunos para a missão que a vida prática confiará a todos — são os mais numerosos — que terão de conduzir homens.

construtores e 2.º somos complementares.

Quando somos confrontados pela dúvida, que consiste em acentuar os sinais de ruína dos edifícios de que fomos construtores, somos levados a atitudes de defesa e de abdicção. Calmo-nos, umas vezes, protelamos a resposta, outras, e a tentação de desistir cresce e promete esmagar. Diante de nós, um dilema: fugir ou resistir.

Interrogamo-nos: Fugir? Para onde? Resistir? Como?

1.º Fugir?

Na realidade, não há lugar para onde fugir, porque fomos feitos para alcançar a meta.

É S. Paulo quem no-lo diz e aponta, de muitas e sugestivas maneiras, esta imprescindível obrigação de «orientar o ser

accolher a bondade da provação e ver as raízes que a justificam, a necessidade de purificação que exprimem.

Tudo, palavras de profundidade imensa.

Teremos pois que procurar, como quem procura o metal precioso nas funduras da mina que penetra a terra, até ao veio, que, cada vez mais fundo, se esconde e se nos furta.

E há aqui a luz que a resposta do mineiro belga ao Rei-Soldado Alberto I dá. Perguntalhe, o Rei: «como é que posso ajudar?» O mineiro respondeu: «Senhor, que nos respeitem».

Na verdade, subjacente a tudo aquilo que nos impede a ver, sobretudo, a nossa fraqueza em confronto com as tarefas a realizar, temos de não hesitar,

processo de desenvolvimento que teve origem na família de trabalho que nos acolheu como berço para vida prática, encontramos, anunciado há trinta anos, o seu hoje centenário espírito. Foi definido como a «ambição legítima de crescer e de se fortalecer».

As obras realizadas e o espírito perdurável, que, a cada passo, vemos e que, em cada encontro se manifesta, aí estão!

Radica-se neste espírito, a afirmação feita em 23 de Junho de 1967 na inauguração do Estaleiro da Margueira: «um estaleiro naval é um multiplicador industrial do meio em que se instala».

Era uma promessa para o futuro.

Garantia-a, porém, o procedi-

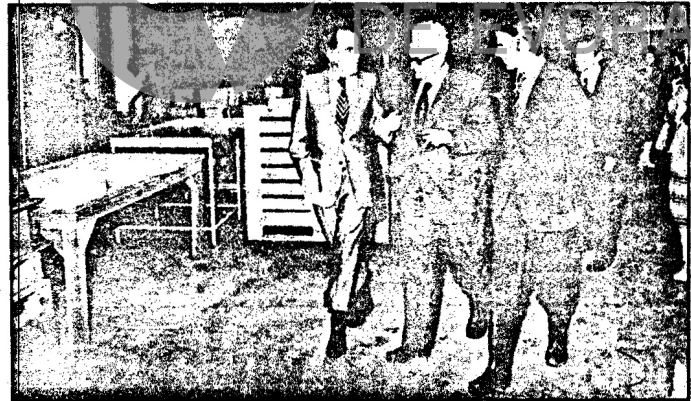


Table with 31 rows and 1 column, containing page numbers from 1 to 31.

Universidade - Opinião